

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – INCIS
CLEUSA VIEIRA DE OLIVEIRA

**O CONCEITO DE “HOMEM CORDIAL” EM SÉRGIO BUARQUE
DE HOLANDA: ATUALIDADE E POSSIBILIDADES DE SUA
APLICAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.**

UBERLÂNDIA – MG

2024

CLEUSA VIEIRA DE OLIVEIRA

**O CONCEITO DE “HOMEM CORDIAL” EM SÉRGIO BUARQUE
DE HOLANDA: ATUALIDADE E POSSIBILIDADES DE SUA
APLICAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.**

Trabalho de conclusão de curso Licenciatura Graduação em Ciências sociais pela
Faculdade Federal de Uberlândia.

Sob a orientação do Prof. Marcio Ferreira Souza.

UBERLÂNDIA – MG

2024

CLEUSA VIEIRA DE OLIVEIRA

**O CONCEITO DE “HOMEM CORDIAL” EM SÉRGIO BUARQUE
DE HOLANDA: ATUALIDADE E POSSIBILIDADES DE SUA
APLICAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.**

Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura e Graduação em Ciências Sociais pela
Faculdade Federal de Uberlândia de Ensino Superior.

Sob a orientação do Prof. Márcio Ferreira de Souza.

Aprovada em-----/-----/-----.

COMISSÃO EXAMINADORA

Nome: Mariana Magalhães Pinto Côrtes

Profa. Dra. do Instituto de Ciências Sociais - UFU

Nome: Moacir Freitas Júnior

Prof. Dr. do Instituto de Ciências Sociais - UFU

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me dado sabedoria para concluir esse curso.

Agradeço aos professores da Universidade Federal de Uberlândia, pela instrução e através dos materiais didáticos favorecendo o conhecimento.

Ao Prof. Márcio Ferreira de Souza, pela orientação da monografia.

Ao Prof. Moacir Freitas Júnior e à Profa. Mariana Magalhães Pinto Côrtes, que aceitaram fazer parte da banca avaliadora.

Ao meu filho Ricardo Pereira e minha nora Rayanne G. V. Lemos, que foram os meus incentivadores nessa carreira acadêmica.

RESUMO

No presente ensaio de conclusão de curso discorro a respeito da atualidade do conceito de “homem cordial”, conforme Sergio Buarque de Holanda o descreveu em sua obra *Raízes do Brasil* (1936). O objetivo geral é discorrer sobre a noção de cordialidade como marca da identidade nacional, refletindo sobre a presença desta característica no contexto do Brasil atual. Sergio Buarque de Holanda atentou para a aversão, no Brasil, aos rituais racionais da política, que resulta em práticas voltadas para a efetivação dos interesses particulares acima dos interesses públicos de maneira que, ao longo de nossa trajetória histórica, iniciada com o processo de colonização, constituiu-se um controle constante das vontades particulares, em grupos elitizados ou patriarcais que, por sua vez dificultaram a ordenação impessoal. A questão presente nesta monografia diz respeito à análise sobre atualidade da abordagem de Sergio Buarque de Holanda sobre o “homem cordial” no recente contexto nacional e tal análise terá como recurso empírico algumas notícias divulgadas em veículos de comunicação nacionais que exemplifiquem a presença da “cordialidade” na cultura política do país, com atenção para a família como expressão de uma força maior na sociedade, trazendo consigo a “moral pública” ligada ao patrimonialismo, sendo este um traço social da formação do Brasil.

Palavras-Chave: Cordialidade, Sergio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Jeitinho brasileiro.

ABSTRACT

In this essay I discuss about the concept of “homem cordial” (cordial man), as Sergio Buarque de Holanda described it in his work *Raízes do Brasil* (1936). The general objective is to discuss the notion of cordiality as a mark of national identity, searching for one reflexion on the presence of this characteristic in current context on Brazil. Holanda paid attention to our aversion to the rational rituals of politics, which results in practices aimed at realizing private interests above public interests. In a way that Brazilian historical trajectory, which began with the colonization process, a constant control of private wills was established, in elitist or patriarchal groups, turning made our impersonal ordering difficult. The central question of this monograph concerns the application of the concept of “cordial man” in the current national context. This analysis uses as an empirical resource some news published in national media outlets that exemplify the presence of “cordiality” in the country’s political culture, with attention to the family as an expression of a greater force in society, bringing with it “public morality” linked to patrimonialism, this being a social trait of the formation of Brazil.

Keywords: Cordiality, Sergio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Brazilian way.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO-----	07
2 - RAÍZES DO BRASIL: UMA OBRA QUE SERGIU PARA PERMANECER-----	09
3 - O CONCEITO DE “HOMEM CORDIAL”: SUA APLICAÇÃO E PERMANÊNCIA NO BRASIL ATUAL-----	13
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	22
5 - REFERÊNCIAS-----	24

1 – INTRODUÇÃO

Na presente monografia tenho por objetivo analisar a atualidade do conceito de “homem cordial”, propagado na obra clássica de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (1936), e indagar sobre as possibilidades de sua aplicação no Brasil contemporâneo.

Parto do pressuposto de que a argumentação sobre a noção de “homem cordial”, conforme a elaboração de Sérgio Buarque de Holanda¹, enquanto marca distintiva da “identidade brasileira”, ainda permanece atual, tendo em vista que é possível sua aplicabilidade analítica no Brasil contemporâneo. Desse modo, levanto como problematização neste ensaio a seguinte questão: É possível pensar o Brasil atual a partir da chave conceitual de “homem cordial”?

Nesta pesquisa desenvolvo a questão proposta por meio de uma leitura geral da obra *Raízes do Brasil* (1936), porém, focando minha interpretação particularmente no quinto capítulo da obra, intitulado *O homem cordial*. Faço, portanto, um levantamento de edições brasileira de *Raízes do Brasil* e, em seguida, destaco a edição crítica desta obra, publicada em 2016 pela editora Companhia das Letras. Esta é uma edição comemorativa dos 80 anos da obra, sob organização de Pedro Meira Monteiro e Lília Moritz Schwarcz. O fato de vir à luz tal edição comemorativa, por si só, já me serve de argumento inicial para considerar a atualidade e a pertinência do trabalho de SBH. Esta edição comemorativa apresenta vários posfácios com nove textos críticos, de estudos do campo do pensamento social brasileiro e da obra de SBH.

Este ensaio monográfico está estruturado em dois tópicos, além da presente introdução e das considerações finais. No primeiro tópico, intitulado “*Raízes do Brasil*: uma obra que surgiu para permanecer” destaco o contexto político e social de sua publicação: o Brasil dos anos 1930, em franco processo de urbanização, sob o governo de Getúlio Vargas e à véspera da implementação do Estado Novo (1937-1945). Faço uma síntese sobre as edições brasileiras que foram publicadas, até então, além de destacar o prefácio de Antonio Candido ao livro *Raízes do Brasil*, que veio à luz a partir da publicação de sua quarta edição, em 1963. Também, considero sua quinta edição (1969),

¹ - Doravante, ao me referir a Sérgio Buarque de Holanda, utilizarei as iniciais do nome do autor: SBH.

que contém um novo prefácio de Antonio Candido, intitulado “O significado de Raízes do Brasil”.

No segundo tópico, que recebe o título de “O conceito de *homem cordial*: sua aplicação e permanência no Brasil atual”, desenvolvo minha discussão considerando esta noção de “homem cordial” como um conceito sociológico. Busco apresentar a noção de cordialidade a partir de sua etimologia, isto é, por meio da origem da palavra. Cordialidade vem do termo latino *cordis*, que diz respeito ao coração. Nesse sentido o argumento central de SBH é o de que as ações do homem cordial, isto é, do brasileiro cordial, são, de um modo geral, conduzidas mais pela emotividade, pelo coração, do que pela razão. Esta é, portanto, uma marca fundamental da nossa identidade. Proponho discutir, neste sentido, os argumentos centrais apresentados pelo autor no capítulo 5 de *Raízes do Brasil* (“O homem cordial”), considerando os elementos apresentados acerca da emotividade como uma marca identitária do Brasil. Levo em conta as repercussões desta tese para a interpretação dos universos cultural, político e social. Tais repercussões sobre a cordialidade brasileira, em meu entendimento, podem ser vistas:

- (i) em nossa relação com a política, a exemplo de fatores como a troca de favores em detrimento aos direitos políticos, compra de votos, fraudes eleitorais e corrupção;
- (ii) em nossa cultura de resistência aos ritualismos sociais e à impessoalidade, como a dificuldade de separação entre o público e o privado.

Destaco, também, alguns dos textos do posfácio da edição comemorativa em que seus respectivos autores apontam para a atualidade da obra e do conceito de *homem cordial*. Procuro apresentar o “diálogo” de outros autores brasileiros que refletiram sobre questões como o patrimonialismo, no caso de Raimundo Faoro, ou sobre o “jeitinho brasileiro”, a exemplo de Roberto Da Mata, como elementos ilustrativos. Como recurso metodológico e analítico selecionei alguns artigos de jornais que, em meu entendimento, possibilitam uma análise à luz do conceito de *homem cordial*.

2 – RAÍZES DO BRASIL: UMA OBRA QUE SERGIU PARA PERMANECER

A obra *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, foi publicada pela primeira vez em outubro de 1936. Foi, portanto, o volume inaugural da série Documentos brasileiros, dirigida por Gilberto Freyre, junto à editora José Olympio (MONTEIRO; SCHWARCZ, 2016, p. 12). Segundo Jurandir Malerba, “foi na Alemanha, experimentando ver de longe seu país e exercitando-se em tentar traduzi-lo para estrangeiros, que SBH começou a desenhar o projeto de *Raízes do Brasil* [...]” (MALERBA, 2012, p.13).

SBH, viveu na Alemanha entre 1929 e 1930, mas foi em seu retorno ao Brasil que concluiu seu livro. Assim, *Raízes do Brasil* tornou-se o primeiro livro a ser publicado do professor assistente das cadeiras de Literatura Comparada e de História Moderna e Econômica da nova e efêmera Universidade do Distrito Federal (1935-1939).

Este livro foi alterado ao longo de algumas décadas, conforme ressaltam Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz (2016) no texto introdutório da edição comemorativa dos 80 anos de *Raízes do Brasil*. Os organizadores da referida edição comemorativa destacam a obra como “um dos exemplos mais evidentes de um livro de voltas e reviravoltas, muitas delas fundamentais” (MONTEIRO; SCHWARCZ, 2016, p.11).

A segunda edição, de 1948, recebeu muito acréscimos que, conforme Monteiro e Schwarcz (2016, p. 13), tais alterações “estão longe de ser apenas cosméticos”. Cabe destacar, neste sentido, o contexto do final da Segunda Guerra Mundial, conforme nos lembram os organizadores da edição comemorativa.

Pode-se dizer que o ensaio foi varrido de passagens ou expressões que pudessem causar desconforto nos leitores mais simpáticos a uma visão liberal e democrática da política. A sombra da Segunda Guerra Mundial fez com que o livro pendesse decididamente para o lado da democracia, fechando-se a uma solução autoritária (MONTEIRO; SCHWARCZ, 2016, p.13).

A terceira edição de *Raízes do Brasil* data de 1956. Neste caso, a alteração talvez mais significativa é a do célebre parágrafo de abertura, conforme comenta Monteiro: “o que antes era um sucesso de aclimação da cultura ibérica nos trópicos de repente se converte num impasse profundo: as raízes não se fixam e há uma sensação de

incontornável errância” (MONTEIRO, 2017, s.p.). Tal assertiva veio reforçar um dos argumentos mais importantes do livro, que diz respeito ao “artificialismo das soluções políticas”.

Um dos motivos mais relevantes para as alterações na publicação deste ensaio de Holanda deveu-se ao fato de que o poeta Cassiano Ricardo² vinha interpretando na sua leitura o “homem cordial” como uma ‘técnica da bondade’ desenvolvida durante a colonização portuguesa na América. SBH reagiu à esta interpretação de Cassiano Ricardo em sua “carta” e nas edições seguintes de *Raízes do Brasil*, esclarecendo que a cordialidade contém dois polos da mesma concepção: tanto como “bondade” como, também, como “inimizade” (MONTEIRO: SCHWARCZ, 2016, p. 13-14).

SBH não entendia a cordialidade como mero sinônimo de polidez. Pelo contrário, para ele a característica do “homem cordial” é a ausência do ritualismo nas relações no trato social, na maneira de respeito e na falta de formalidade. O “homem cordial” é aquele que faz questão da intimidade, afastando-se do ritualismo, da hierarquia. Essa busca pela intimidade com o outro, sendo este, empresário, político ou mesmo sendo instituições, leva-o a criar vínculos com base na emotividade ou na pessoalidade, na intimidade, podendo definir assimetricamente esse comportamento, conforme exemplifico mais à frente.

Considerando o contexto geral do Brasil, em 1956 (Era JK), o país passa a ser marcado pela modernização e pelo desenvolvimento. Neste novo cenário, escrevem Monteiro e Schwarcz (2016, p. 14), “o homem cordial se revela, no dizer do historiador, nada além de um “pobre defunto””. Entretanto, considero nesta monografia que a noção de homem cordial, conforme a abordagem de SBH, ainda pode ser aplicada no atual contexto brasileiro. É sobre isso que me dedico no segundo tópico do presente trabalho.

A quarta edição foi publicada em 1963 e fez parte da coleção Biblioteca Básica Brasileira, da Editora da Universidade de Brasília. Porém, será na quinta edição, de 1969, que a obra, desta vez publicada novamente pela editora José Olympio, receberia a última revisão de SBH, contendo mínimas alterações. Tendo em vista que muito se tem discutido, depois de diversas críticas que SBH vinha recebendo, é nesta quinta edição que surge o

² - Cassiano Ricardo Leite nasceu em São José dos Campos, em 1894 e faleceu no Rio de Janeiro, em 1974. Foi um jornalista, poeta e ensaísta brasileiro, representante do modernismo de tendências nacionalistas.

prefácio de Antonio Candido (1967) que alcançou grande repercussão, ajudando a estabilizar a obra como se ela estivesse “nascida” assim: pronta para o pensamento democrático e liberal.

Foi lhe restituída histórias, seu processo e diálogo com seu próprio tempo. Dessa forma, o objetivo de Antonio Candido foi o de contribuir para o esclarecimento sobre as metamorfoses de um texto que se manteve por mais de trinta anos, porque Holanda queria saber o que teria ali de verdade, a originalidade do que realmente seria correto.

Antonio Candido foi o intelectual responsável por propagar o status de clássico à *Raízes do Brasil*, juntamente com *Casa-grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Junior. Assim, este sociólogo e crítico literário escreveu em seu prefácio:

São estes os livros que podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo (CANDIDO, [1967] 2016, p.355).

Publicado três anos depois de *Casa-grande e Senzala* e seis anos antes de *Formação do Brasil Contemporâneo*, *Raízes do Brasil*, que difere completamente de ambas as obras, no dizer de Antonio Candido, “se tornou um clássico de nascença” (CANDIDO, [1967] 2016, p.356). É uma obra bem-informada ao tempo em que foi produzida contribuindo para a compreensão do “sentido de certas posições políticas daquele momento, dominado pela descrença no liberalismo tradicional e a busca de soluções novas; seja à direita, no integralismo, seja à esquerda, no socialismo e no comunismo” (CANDIDO, [1967] 2016, p. 356). *Raízes do Brasil* é, portanto, uma obra que pretendeu pensar o momento contemporâneo de um país pós-revolução de 1930 e às vésperas do Estado Novo, oferecendo uma análise do nosso passado histórico, de nosso processo de colonização e nossa herança rural.

Assim, sintetizou Antonio Candido: SBH adotou nesta obra uma atitude “condicionada por essas tensões contemporâneas, para cujo entendimento oferecia uma análise do passado” [1967] (CANDIDO, [1967] 2016, p. 357).

Monteiro e Schwarcz (2016, p.22) destacam a proximidade e amizade de Antonio Candido e SBH, considerando que “foram fundamentais, inclusive para a compreensão e a releitura da obra de Sérgio” (2016, p.22) e completam afirmando que o contexto

intelectual é de maior importância para atender os embates que SBH enfrentava naquele momento.

Monteiro e Schwarcz (2026, p. 23) ainda comentam sobre a recepção de *Raízes do Brasil*, argumentando que ela “continuará transformando as “raízes do título nas verdadeiras “raízes” do país”, como que sua leitura transcrevesse e dela pusesse emergir a essência do Brasil”. Destacam também que o livro basicamente é lido a partir de um dos seus capítulos, justamente aquele intitulado “O homem cordial”, que parece ter se tornado uma referência para os brasileiros, curiosamente importante para uma análise comportamental do brasileiro.

De fato, o capítulo ganhou tamanha independência a ponto de tornar-se central para a análise de obra. Tanto que chegou a ser publicado isoladamente, a exemplo de uma edição lançada em 2012, em parceria entre as editoras Peguin e Companhia das Letras, intitulada “O homem cordial”, que traz o capítulo quinto homônimo de *Raízes do Brasil* seguida de outros ensaios de SBH, como “O poder pessoal” (da coleção História geral da civilização brasileira), “Experiência e fantasia” (Visão do Paraíso), “Poesia e crítica” (de O espírito e a letra) e “Botica da natureza” (de Caminhos e fronteiras).

Monteiro e Schwarcz destacam sobre a importância de se considerar a recepção do livro a partir da edição “definitiva” (1969). Destacando 2016, como um marco importante para a obra de SBH, pelos 80 anos de *Raízes do Brasil* e a edição comemorativa torna relevante o entendimento sobre a atualidade do livro, apresentando contribuições significativas. Nesta edição, além dos textos originais, foram incluídos diversos ensaios escritos por estudiosos contemporâneos da obra de SBH. Tais ensaios contribuem para a ampliação e reflexão sobre *Raízes do Brasil*.

3 – O CONCEITO DE “HOMEM CORDIAL”: SUA APLICAÇÃO E PERMANÊNCIA NO BRASIL ATUAL

Neste capítulo me dedico a uma discussão específica sobre o conceito de “homem cordial” em SBH, considerando que, conforme foi comentado no tópico 1, esta noção de homem cordial não foi claramente compreendida em seu momento inicial. Como descrevi anteriormente, a cada nova edição de *Raízes do Brasil*, SBH deu-se ao trabalho de fazer algumas modificações em certas passagens da obra, tendo em vista a realidade contextual no momento da publicação de cada nova edição.

Na sequência busco identificar, a partir de alguns exemplos ilustrativos, a possibilidade de aplicação e a permanência de conceito de “homem cordial” no Brasil atual. Procuro encontrar um “diálogo” de aproximação com autores brasileiros que abordaram sobre o patrimonialismo, como Raimundo Faoro (1993) e sobre a noção de “jeitinho brasileiro”, no caso de Roberto DaMatta (1986, 1990). Para tanto, selecionei alguns artigos de jornal que, em meu entendimento, possibilitam uma análise à luz do conceito de homem cordial.

A cordialidade, havia sido compreendida como “técnica de bondade”. Porém, não se trata de uma noção tão simples assim, tendo em vista que SBH referiu -se ao “homem cordial” a partir da sua etimologia: o termo latino *cordis* refere-se ao coração. Nestes termos, Holanda estava buscando tratar da cordialidade como elemento relacionado à esfera das emoções e não à esfera da racionalidade. Trata-se, portanto, do que SBH vai considerar como marca distintiva da nossa identidade. Isto é, agir de maneira emotiva é uma das características marcantes do povo brasileiro. É nesse sentido que ele afirmou, com base na expressão de escritor Ribeiro Couto “que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade, daremos ao mundo o ‘homem cordial’” (HOLANDA, 2016, p. 254). Reproduzo abaixo a nota explicativa de SBH, ao fazer a referência à expressão “homem cordial”:

A expressão é do escritor Ribeiro Couto, em carta dirigida a Alfonso Reyes e por este inserta em sua publicação *Monterey*. Não pareceria necessário reiterar o que já está implícito no texto, isto é, que a palavra “cordial” há de ser tomada, neste caso, em seu sentido exato e estritamente etimológico, se não tivesse sido contrariamente interpretada em obra recente de autoria do sr. Cassiano Ricardo onde se fala no *homem cordial* dos aperitivos e das “cordiais saudações”, “que são fechos de cartas, tanto amáveis como agressivas”, e se antepõe à cordialidade assim entendida o “capital sentimento” dos brasileiros, que será a

bondade e até mesmo certa “técnica da bondade”, “uma bondade mais envolvente, mais politizada, mais assimiladora” (HOLANDA, 2016, p. 265, nota VII).

Assim, cabe-me discutir sobre os argumentos centrais do capítulo “O homem Cordial”, da obra *Raízes do Brasil*, com atenção para o aspecto de emotividade como sendo a marca identitária do Brasil, indagando sobre: Quais são as repercussões desta tese da cordialidade para o universo político e social? Como compreender esses argumentos a partir de exemplos práticos?

Para SBH há possibilidades de tanto a amizade quanto a inimizade ser “cordiais”. Ambas têm origem em um mesmo lugar: o “coração”. Ele argumenta, também, sobre a origem dos sentimentos no âmbito familiar, privado. Dessa maneira, a amizade quando perde o sentido no âmbito circunscrito pelos sentimentos privados ou íntimos, passa a ser benevolente, posto que a impressão vocabular admita maior extensão do conceito. Em minha interpretação a partir dos exemplos ilustrativos que apresento neste tópico, considero amizade sob o aspecto da intimidade. Conforme comentei no tópico anterior e que reproduzo no presente parágrafo, o “homem cordial” é aquele que faz questão da intimidade, afastando-se do ritualismo, da hierarquia. Essa busca pela intimidade com o outro, sendo este, empresário, político ou mesmo sendo instituições, leva-o a criar vínculos com base na emotividade ou na pessoalidade, na intimidade, podendo definir assimetricamente esse comportamento.

Candido, em seu prefácio, reexamina o conceito de homem cordial, sob novos aspectos, que não figuravam na primeira edição. Sendo assim, a palavra cordial, reexaminada pelo autor de *Raízes do Brasil*, será mais uma vez discutida por Candido, dentro do contexto da primeira edição onde SBH explica: “[...] Lhaneza no trato, generosidade, hospitalidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam com efeito, um traço definido do caráter brasileiro” (HOLANDA, 2016, p.254). Ainda acrescenta que: “Nossa forma de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez” (HOLANDA, 2016, p.254).

Candido observa que, talvez, pela própria objeção de SBH ao sentido do termo cordial, o autor ressaltou sobre o argumento etimológico, procurando esclarecer que a “inimizade pode ser cordial como a amizade, porque nascem do coração”. Pois o “homem cordial usa de obrigatoriedade sendo essa sua preferência, nos sentimentos e nas concordâncias”. Holanda, na sua análise vai conotando várias contradições do conceito

do homem cordial, isso na primeira edição, segundo Candido; aludindo aos diminutivos como a inspiração do coração, como concórdia e discórdias cordialmente manipuladas afetivamente pelo convívio social. Dentro dos equívocos assinalados por Candido, Holanda, apega-se à origem da palavra - ao argumento etimológico -, mas esquece o semântico ou o histórico, dando a entender que certas palavras se perdem no decorrer do tempo, ou passam a significar ao contrário do que se significa etimologicamente.

Dentro desse contexto quero, aqui, dar exemplos reais de práticas recorrentes no Brasil, que envolvem o poder público e privado. Por exemplo, considerando situações em que os favoritismos que o poder público pode conferir às instâncias privadas e pessoais, podemos discutir sobre as atitudes e atos do “homem cordial” quero aqui explanar a combinação subliminar da cordialidade usada nas ideias de sujeição, e dominação colonialista com precedentes ao capitalismo, emaranhados numa só conexão de variações corporativistas, monopolização de mercado e política, como o Governo, família, Igreja e outras instituições etc. Dessa maneira, a lógica do “homem cordial” não estaria somente na sua cordialidade de coração, mas também como uma estrutura adequada dos atos da corrupção, uma combinação passiva e ativa, ou amável e violenta, condutas que geralmente não são consideradas crimes pela legislação brasileira, mas portam imoralidade e são desrespeitosos, quanto as regras, direitos e deveres.

Por isso, deparamos com varios escandalos nas redes públicas onde os recursos orçamentarios envolvendo recursos, são manchetes em toda rede Nacional das Comunicações. Pesquisas que apontam pelas histórias do Brasil, como a Lava Jato, protótipo sistêmico que abrange o país e o mundo. Enfim, a um terceiro apelido caracterizado a nós brasileiros como o “jeitinho brasileiro” pelos pequenos delitos, que mais tarde toma proporções gigantescas.

Dessa maneira, o pesquisador do CNPq e colunista em jornais, Fernando Filgueiras, ele vai dizer que: “a tolerância à corrupção não é um desvio de caráter do brasileiro, nem mesmo uma propensão e culto à imoralidade, como não é uma ação de cordialidade, mas uma disposição prática, nascida de uma cultura em que as referencias estão circunscritas a um contexto de necessidades, que representam uma estratégia de sobrevivência que ocorre pela questão material”.

Para o pesquisador acima, o Nepotismo que foi desembarcado no Brasil, a bordo da 1ª caravela: Pela carta a EL – Rei. Manuel, escrita por Pero Vaz de Caminha, na qual solicita ao Rei que mandasse “vir buscar da Ilha de São Tomé a Jorge Osorio, meu genro”. Para ocupar e administrar o novo território, tarefa bastante complicada pela

distância geográfica e precariedade das comunicações, a coroa portuguesa teve de oferecer incentivos e relaxou na vigilância de seus prepostos. Isso gerou, desfavorável às práticas da corrupção., já que no século XVII, o padre Antônio Vieira, denunciou – o através do Sermão do Bom – Ladrão, onde expõe corajosamente os desmandos praticados por colonos e administradores no Brasil.

Outrossim, Raymundo Faoro, diz que: a corrupção é um “vício” herdado do mundo Ibérico, resultado de uma relação patrimonialista entre Estado e sociedade. Como assim, nos períodos da Ditadura Militar, vinculadas às classes médias e urbanas, partidos políticos de cunho conservadores; sendo estes governos de Estado, uma vez que seu principal escopo foi a defesa de interesses de grupos particulares.

Assim sendo, podemos então entender que o favoretismo de amigos e conhecidos estão embrenhados nas esferas familiar e governamentais que são recorrentes a séculos, em todos os governos preditos até no momento vindouro, sendo esta uma ligação do “homem cordial”; uma prática de cordialidade, que o Conselheiro, Dirceu Rodolfo, Diretor da escola de contas Públicas de Pernambuco (Emape), acrescenta que a cordialidade e a corrupção, relacionam com o social por meio de uma ética de fundo afetivo, confundem respeito com desejo de estabelecer intimidade, pensa o Estado como amplificação ou ramificação do círculo familiar e escolhe os homens públicos por confiança pessoal, por assim, o “homem cordial” que habita como modelo mental de todos nós brasileiros, uma sociedade estruturada em um tipo primitivo de famílias patriarcal.

De acordo com a historiografia, percebe-se que a corrupção é variável em modelos, como clientelismo tido como troca de favores; depois a patronagem a ajuda material ou apoio moral, proteção, assim consecutivamente o patriarcalismo como poder de influência, como chefe e nepotismo, favorecimento de parentesco relacionados ao trabalho ou emprego, com isso os privilégios se tornam selos estamentais e obrigatórios a uma classe social burocrática mediante a compra de cargos ou seja uma negociata aos seus “valores” (Faoro, 2000, p.99-100) e (Carvalho, 1997).

Para Holanda a cultura da “cordialidade” foi herdada pelo mundo Ibérico, para o autor, o brasileiro estava inapto naquele momento para construir uma ordem pública e uma democracia. “(...) certa incapacidade, que se diria congênita, de fazer prevalecer qualquer forma de ordenação impessoal e mecânica sobre as relações de caráter orgânico e comunal, como o são as que fundam no parentesco, na vizinhança e na amizade” (Holanda, 1995, p.137).

Em virtude desses fatos, a lógica seria então, conscientizar – nos dos elementos

principais das ações corruptas que vem sendo explanadas nesse discurso, como a cordialidade e o jeitinho brasileiro em conformidade com a corrupção.

Assim, exponho no presente texto as análises, a cima, podemos partir do cenário político bolsonarista, dar exemplos recentes e expor as práticas de utilização do bem público para os benefícios privados.

Para tanto, selecionei três matérias publicadas em veículos de comunicação que cito aqui, por ordem cronológica:

Uma delas, publicada no Portal G1, Rio de Janeiro, em 26 de julho de 2019, noticia que helicóptero da Presidência Jair Bolsonaro foi usado por seus parentes para ir ao casamento do filho Eduardo Bolsonaro. A segunda foi publicada no jornal Folha de São Paulo, em 30 de setembro de 2020, e se trata de notícia de repasse de verba de R\$ 7,5 milhões, doada por uma empresa para testes de Covid ao governo Bolsonaro a programa da primeira-dama Michelle Bolsonaro. A terceira foi publicada na sessão Cotidiano, do Site UOL, em 18 de junho de 2022, noticia sobre a agressão de um vereador, do município de Santa Helena, Goiás, a um comunicador de rádio, após receber críticas de gastos com viagens. Penso que tais matérias podem ser discutidas como exemplos que ilustram aspectos da noção de cordialidade de SBH.

Na primeira matéria, de Ricardo Gallo e Tahiane Stochero, do G1, em São Paulo, encontramos o seguinte texto que reproduzo abaixo:

Helicóptero da Presidência da República foi usado para transportar convidados para o casamento de Eduardo Bolsonaro, deputado federal do PSL e filho do presidente, com a psicóloga gaúcha Heloísa Wolf, no dia 25 de maio deste ano.

Um sobrinho de Jair Bolsonaro divulgou em sua página de uma rede social um vídeo em que ele e outras pessoas – todas com roupa de festa - embarcam em um helicóptero da Força Aérea Brasileira (FAB).

“E aí, senhores, estamos bonitos? Vamos passear de...helicóptero”, diz Osvaldo Bolsonaro Campos no vídeo. Após o G1 questionar nesta quinta-feira (25) a FAB e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) sobre os passageiros e o motivo do uso da aeronave, o vídeo foi apagado da rede social.

[...]

Osvaldo registrou em um vídeo de 24 minutos a viagem entre o aeroporto de Jacarepaguá (Bolsonaro tem residência no bairro vizinho, na Barra da Tijuca) e Santos Dumont (no Centro do Rio, próximo a Santa Teresa, onde aconteceu a cerimônia).

O trajeto de 35 km, que, de carro, seria feito em cerca de 35 minutos - foram 14 minutos de voo. Nas imagens, aparecem também outras pessoas, entre elas, irmãs de Bolsonaro e o deputado federal Hélio Lopes (PSL-RJ), amigo do presidente.

Militares da Força Aérea, fardados, ajudam os passageiros a embarcarem e a colocarem os cintos de segurança. O helicóptero é um H-36 Caracal, com camuflagem. Nas imagens, ele parece estacionado ao lado de um helicóptero igual, de cor branca, que é usado por Bolsonaro.

O GSI informou que “por razões de segurança” decidiu que o “presidente e familiares fossem transportados em helicópteros da Força Aérea Brasileira”. Como o casamento era em Santa Tereza, eles passariam por algumas comunidades perigosas.

E cita a lei 13.844, de junho de 2019, feita após o casamento, que diz em parágrafo único: “Entende-se por viagem presidencial em território nacional os deslocamentos, para diferentes localidades no País, do Presidente ou do Vice-Presidente da República e respectivas comitivas.” Não especifica quem pode se deslocar em aeronaves da Presidência e em que ocasiões. O artigo 10 dessa lei diz que: “Os casos omissos deverão ser submetidos à apreciação do Chefe do Gabinete de Segurança Institucional.”

[...]

O fato em si tem a ver com o argumento de SBH que, bebendo na fonte de Max Weber (2015), vai apontar para o conceito patrimonialismo como relevante para se referir à cultura política brasileira. SBH identifica, neste sentido, a existência, em nossa cultura e organização política, de características de indiferenciação entre o público e o privado na sociedade brasileira ao considerar o modo específico da colonização ibérica no Brasil. Isto está relacionado com a própria estruturação familiar. Esta confusão entre público e privado está em descompasso com a esfera da racionalidade, conforme Weber descreve

em sua teoria sobre a burocracia (Weber, 2015). O tema do patrimonialismo está presente, também, na leitura de Raymundo Faoro (1993), sob inspiração de Weber.

Analisando o perfil contextual, que vem sendo descrito acima, ao buscarmos referências analíticas em Raymundo Faoro (1993), sua leitura nos proporciona ler a formação histórica do Estado brasileiro caracterizado como patrimonialista e sua elite política como estamento e também personalismo relações público – privadas nas quais prevalecem os “arranjos pessoais” como “apadrinhamento” e o “conchavo” para se conseguir aprovações de leis em casas legislativas, ou no âmbito econômico, a aprovação de licitações públicas para determinadas empresas. Faoro bebe das definições sociológicas de Weber, aplicando-as na realidade histórica brasileira. É possível, também considerar, conforme observei pela leitura de uma entrevista com Roberto DaMatta em *Mania de História* (s.d.), que ele explica um lado não conveniente do “jeitinho brasileiro, ao longo da escrita proposta acima, podemos concluir que o cenário brasileiro atual, contextualizando a situação política em que no momento o Brasil vivencia, que tem a ver com corrupção imbuída da cordialidade, parecem eternas amigas entrelaçadas na sua fidelidade.

Retomando a história na sua plenitude real dos acontecimentos, exemplifico com outra matéria divulgada na mídia online: na data de 11/12/2020, conta -se que Bolsonaro e seus filhos, usando conteúdo digital e comunicação corporativo que presta serviços ao Governo Federal, como também uso indevido de helicópteros da presidência, para sua ostentação, teve um desvio de 7,5 milhões sendo este, doação para compra de testes da Covid – 19 é repassada essa verba para o Programa Pátria voluntaria, liderada pela primeira “dama” Micheli, e não para por aí.

Na primeira matéria transcrita, constata-se o uso do bem público para benefícios privados: um helicóptero presencial que é utilizado para festividades de ordem privada, revelando ainda a característica presença do patrimonialismo na sociedade brasileira: “Helicóptero da Presidência da República foi usado para transportar convidados para o casamento de Eduardo Bolsonaro, deputado federal do PSL e filho do presidente [...]”. O próprio sobrinho do presidente fez uma publicação, nas redes sociais, de um vídeo do embarque do helicóptero com os familiares do presidente, além da presença de um deputado federal, amigo da família, em franca ostentação à medida que declara, conforme a matéria, “E aí, senhores, estamos bonitos? Vamos passear de... helicóptero”. Para

completar, cabe ressaltar que, conforme a matéria, “[...] Militares da Força Aérea, fardados, ajudam os passageiros a embarcarem e a colocarem os cintos de segurança”. Diante da repercussão na imprensa que fez com que o sobrinho apagasse o vídeo 24 horas após sua publicação, as tentativas de explicações dadas pelo Gabinete de Segurança Institucional se valeram do argumento de “razões de segurança” como justificativa para o uso de um veículo público em benefício privado, tendo em vista que os familiares e amigos do presidente “passariam por algumas comunidades perigosas”, próximo a Santa Tereza, bairro onde aconteceria a cerimônia de casamento. Por meio desse episódio identífico, também, o expediente do “jeitinho brasileiro”, conforme leitura de Roberto DaMatta (1997). Segundo a matéria supracitada, como justificativa foi, também, citada a lei 13.844, de junho de 2019, só que esta foi criada após a realização do casamento e versa em seu único parágrafo que: “Entende-se por viagem presidencial em território nacional os deslocamentos, para diferentes localidades no País, do Presidente ou do Vice-Presidente da República e respectivas comitivas”. O texto vago da lei não esclarece sobre quem, de fato, pode se deslocar em aeronaves da Presidência e quais são as ocasiões próprias para isso.

Transcrevo matéria supracitada, de autoria de Constança Rezende, com a chamada “Governo Bolsonaro repassou a programa de Michelle R\$ 7,5 milhões doados para testes de Covid”:

O governo do presidente Jair Bolsonaro desviou a finalidade de R\$ 7,5 milhões doados especificamente para a compra de testes rápidos da Covid-19 e repassou a verba ao programa Pátria Voluntária, liderado pela primeira-dama, Michelle.

No dia 23 de março [de 2020], a Marfrig, um dos maiores frigoríficos de carne bovina do país, anunciou que doaria esse valor ao Ministério da Saúde para a compra de 100 mil testes rápidos do novo coronavírus.

Naquele momento, o Brasil enfrentava as primeiras semanas da pandemia e a falta desse material, enquanto a OMS (Organização Mundial da Saúde) orientava testar a população.

Dois meses depois, no dia 20 de maio, segundo a empresa disse por escrito à Folha, a Casa Civil da Presidência da República informou que o dinheiro seria usado "com fim específico de aquisição e aplicação de testes de Covid-19".

No dia 1º de julho, no entanto, com o dinheiro já transferido, o governo Bolsonaro consultou a Marfrig sobre a possibilidade de utilizar a verba não mais nos testes, mas em outras ações de combate à pandemia. Os recursos foram então parar no projeto Arrecadação Solidária, vinculado ao Pátria, de Michelle Bolsonaro.

[...] O programa liderado por Michelle repassou dinheiro do Arrecadação Solidária, sem edital de concorrência, a instituições missionárias evangélicas aliadas da ministra Damare Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos), para a compra e distribuição de cestas básicas.

A segunda matéria possibilita entender que diante da verdade de uma das “cordialidades” podemos entender que a amizade para o brasileiro é de suma importância, não importa a competição ou rivalidade. Outro aspecto relacionado à cordialidade diz respeito ao argumento da aversão do brasileiro à burocracia.

É de suma importância, refletirmos sobre estes fatos já comentados, pois esses acontecimentos tem suas “origens”, que insiste em perpetuar dentro da sociedade brasileira; ademais, citarei o caso da equipe de radialistas, Mamede Leão que foi uma das vítimas que foram agredidos por Jardel Custódio, motorista do Prefeito da cidade de Catalão – Goiás – GO; transmitido pela Da Rádio Sucesso FM, no dia 22/05/2023, reportagem De Splasch, em S.P UOL, são exemplos de uso de poder público uso do estamento na ordem social distribuição da honra exercida a influência uns sobre os outros, pois este agressor seria irmão de um servidor da Prefeitura de Catalão.

Na mesma frequência, a exemplo do vereador Elias Junior PSD de Santa Helena de Goiás é suspeito de agredir o comunicador Cristiano Souza, segundo matéria de 14/06/2022, divulgada pelo portal de transparência da prefeitura da cidade, após a vítima publicar reportagem sobre gastos com viagens, gastos públicos, assim, pelo documento público este vereador estava em primeiro lugar nos gastos públicos de R\$ 2,7 mil para uma viagem de quatro dias, daquela cidade.

Exemplos como estes demonstram que são características dimensionais do uso do poder público para benefícios privados. Pois, no viés da análise social, entende-se que a práticas de corrupção na sociedade brasileira se tornaram recorrentes por trocas e favores, mostrando os desvios de verbas públicas, sem restrições acopladas pelos três poderes, quando assim, um dos maiores escândalos já ocorrido no Brasil ou no mundo inteiro, a operação Lava Jato.

Outrossim, o antropólogo Roberto Da Matta, estudioso sobre o “Jeitinho brasileiro”, esclarece a diferença entre o malandro e a malandragem como valor: o malandro fica na linha intermediária entre o Caxias, que segue todas as regras, e o

criminoso. É importante para o autor fazer a distinção entre o malandro e a malandragem como valor. A malandragem é uma prática quase diária: é o dinheiro não declarado na declaração de renda; é o sinal de trânsito que o sujeito fura; e as gambiarras feitas diariamente. De certo modo, a malandragem é o sintoma de uma sociedade de que tem relacionamento ruim com o Estado. Da Matta, cita Chico Buarque, nos anos 70, que escreveu a Ópera do malandro, [...] “Naquela época, conforme a Lei, Chico já dizia: que haveria o malandro federal, com contrato oficial” (DaMatta, 2006).

Isso é um indicativo de que a prática do “jeitinho” tem suas dualidades. Da Matta, esclarece que a partir da Proclamação da República em que o Brasil serviu de palco para um regime social aristocrata de direita com protocolo ideológico fabricou -se o “jeitinho” e construiu-se a máxima “você sabe com quem está falando?” como duas pernas de uma mesma ficção jurídica, que faz de conta de que todos obedecem a lei, quando sabemos que os velhos aristocrata e os donos do poder, (os burocratas, e alto funcionários, e os eleitos) são mais donos do que o “povo” (Mania de História, s.d.).

Como resultado, o jeitinho, que aqui associo com a cordialidade, se confunde com corrupção transgressora e, assim, desigualda o que deveria ser obrigatoriamente tratado com igualdade. O que de fato é contraditório no Brasil, não necessariamente o “jeitinho” como ponte negativa entre a lei e a pessoa, mas sim, a persistência de um estilo aristocrata que de certa forma, induz, chefe, diretor, governantes, presidente, a passar por cima da lei porque a “empossa” e por sua vez, o cargo público ainda é concebido aristocraticamente, e patriarcalmente; como o foi nos velhos tempos.

Voltando a SBH, recorro ao texto de João Cezar de Castro Rocha (2016), que consta na publicação da edição comemorativa de Raízes do Brasil, para comentar como Rocha descreve sobre o conceito chave de “homem cordial”, contextualizando-o sobre uma crítica indagatória. Em sua perspectiva o “homem cordial” de SBH, dá asas para a imaginação dos leitores, como também se torna um eixo explicativo de interpretação de ensaio; ou seja, o famoso capítulo 5 é dado a reflexão nas entrelinhas, certamente atentando minuciosamente para o desfecho a que foi proposto, resta analisar o conceito a partir da cordialidade em que os brasileiros tanto beberam. Sendo assim, Rocha, na sua crítica, diz ser o efeito cordialidade uma representatividade do brasileiro no seu país. Contudo, o autor afirma sentir certa dificuldade em recuperar a dimensão conceitual da escrita de SBH; pois para o autor, o homem cordial pouco tem a ver com traço fixo de

nacionalidade, mas não deixa deter uma figuração histórica determinada, composta pela combinação familiar patriarcal com predomínio do universo agrário. Dessa maneira, Rocha lança uma afirmação e ao mesmo tempo contemplando uma resposta ao poeta e ensaísta Cassiano Ricardo, com efeito à já citada polêmica que foi publicada sobre conceito na segunda edição (1948) de *Raízes do Brasil*; em que o autor esclareceu:

[...] a própria cordialidade não me parece definitiva e cabal que possa permanecer independentemente das circunstâncias mutáveis de nossa existência [...] associou-a antes a condições particulares de nossa vida rural e colonial que vamos rapidamente recuperando. Com a progressiva urbanização que não consiste apenas no desenvolvimento das metrópoles, mas ainda e sobretudo nas incorporações de áreas cada vez mais extensas à esfera de influência metropolitana, o homem cordial se acha fadado provavelmente a desaparecer, onde ainda não desapareceu de todo (ROCHA, 2016).

Rocha (2016) reforça o que foi dito, sendo que, o resgate intuitivo de Holanda, imaginando o homem cordial com [transnacional], ou feixe de relações sociais definidas por um grau elevado de auto centramento. Ademais, podendo aí analisar campos literários e acadêmicos baseado no universo dos afetos, para o autor seria este o território perfeito da cordialidade, de modo que, transparece um cenário comportamental ditado pelo coração, assim o autor questiona, pois faz questão de abranger capítulo, quando assim, interpretado por uma nova visão do ocorrido.

Busquei, também, referências analíticas de Raymundo Faoro (1993) e de Roberto Da Matta por entender que suas leituras nos proporciona ler, no primeiro caso, a formação histórica do Estado brasileiro caracterizado como patrimonialista e sua elite política como estamento e também personalismo relações público – privadas nas quais prevalecem os “arranjos pessoais” como “apadrinhamento” e o “conchavo” para se conseguir aprovações de leis em casas legislativas, ou no âmbito econômico, a aprovação de licitações públicas para determinadas empresas. No segundo caso, podemos também observar em Da Matta, por meio do “jeitinho brasileiro, que o nosso cenário atual a noção de homem cordial, dentro de seus limites enquanto “essência” do brasileiro, ainda faz sentido analiticamente no campo de certas práticas políticas e comportamentais construídas com base nos aspectos emocionais, desprezando o ritualismo burocrático e legal, que culmina em atos de corrupção.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos observados de Sérgio Buarque de Holanda, quando lança o livro “Raízes do Brasil”, em 1936, sobre a formação da identidade nacional, está explícito de que ele bebe da fonte de teorias e conceitos de Max Weber, para compor seus estudos.

Por isso, o livro é revestido de uma análise interpretativa que, de certa maneira, revela sua atualidade. Holanda foi construindo um apanhado de formação da sociedade brasileira, realizando uma leitura geral de como na cultura brasileira, a partir de um traço social confuso - a cordialidade -, a partir do qual podemos compreender o surgimento da marca do personalismo como elemento presente na cultura política do país, culminando em processos de indistinção entre o público e o privado.

Analisando o cenário histórico passado e o momento atual, é possível, dessa maneira, entender que o envolvimento de sentimentos encontrou no nosso processo de colonização condições favoráveis à cordialidade, voltadas ao trato puramente de interesse, às práticas do jeitinho, seja no ambiente público, confundido com o mundo privado, dentro do Governo ou em qualquer instituição, contribuindo com o estabelecimento de barreira para a efetivação da racionalidade no sentido weberiano.

Considerando esses aspectos textuais, o brasileiro foi constituído por uma aversão ao ritual racional da política, os interesses particulares fazem, com que esse mesmo “ser” em “si” burla a lei. Raízes do Brasil, nos possibilita a acompanhar, este longo trajeto histórico de enxergar o predomínio recorrente das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e dificilmente acessível a uma ordenação impessoal. De acordo com a historiografia percebe-se que este círculo fechado, nada mais é do que a família, que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade, servindo de modelo para um círculo atualizado de elites dentro e fora do Governo. Diante dessa realidade histórica, a família se confunde com a moral pública, como patrimônio público, e que se emaranha com o privado, conforme os exemplos comentados sobre as notícias comentadas neste ensaio.

Em vista dos argumentos apresentados, considero que as argumentações sobre a noção de “homem cordial” elaboradas por Sérgio Buarque de Holanda, no seu livro Raízes do Brasil, nos possibilita a encarar de fato elementos da “identidade brasileira”,

levando em consideração a cordialidade. O termo que foi dado ao “homem cordial” abarca sentimentos de afetividade, congratulando com as relações pessoais e familiares de forma que a impessoalidade e a razão são desconhecidas dentro desse contexto. Acho até que se pode usar de ambiguidade essa cordialidade, pois ao mesmo tempo que favorece alguém pode desfavorecer o mesmo, criando conflitos, desentendimentos que influenciam na vida social e política do país, reconstrói-se, então, personalidades hierárquicas vinculadas ao patrimonialismo; esse mesmo que com sua mentalidade cordial, vinda desde a colonização e que, de certo modo, se perpetuou até agora.

Com efeito, a impressão desse “agora” é que, a um engessamento nas relações sociais, na economia nas instituições e no governo, em que favorece e contribui para essa singularidade histórica e contemporânea, que nos faz buscar na mais profundas das “Raízes” a cura para essa habilidade invertida, que provoca um grande estranhamento de identidade.

Sob o mesmo ponto de vista, DaMatta, analisa o “jeitinho brasileiro” como uma “habilidade” social e cultural, onde as pessoas são bastante flexíveis ao driblar regras e procedimentos formais que constata práticas enraizadas na cultura brasileira, ou seja, é naturalizado, e, reflete valores como malandragem, e na busca de soluções pragmáticas que faz com que, a pessoa cria formas para enfrentar a burocracia. Dentro do contexto carnavalesco, por exemplo, o brasileiro se acostumou a enxergar a malandragem e o heroísmo como práticas culturais e, é ensinado na educação escolar assim, “culturalmente”. Por esta razão, o carnaval na sua atuação tem como legitimado a não obedecer às normas sociais, que temporariamente são suspensas, agregando assim o seu livre expressar do “jeitinho” e outras coisas mais.

Assim sendo, temos aqui, hábitos estes que se naturalizam moldam em papéis sociais que jamais serão discutidos abertamente a aqueles que se apossam de privilégios sem limites, isso é histórico, a formação brasileira sempre foi formado por grupos autoritários, caracterizado analfabetismo funcional, temos o esquema de capitânias hereditárias, escravocratas e nepotismo, fundados numa ideologia, como, Da Matta descreve que: A partir da República [1889], muda -se o regime político, mas a sociedade não livra das matrizes ideológicas que moldaram o seu cotidiano ou a sua cultura, afirma o antropólogo.

5 – REFERÊNCIAS

DAMATTA, Roberto. A Reforma do Estado e Cultura. In: Ciclo de Debates Estado e Sociedade, 06 jun. 2006, Vitória, ES. Disponível em: <https://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/debaser/singlefile.php?id=18789>.

DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. Revista USP, (17), 1993, p. 14-29.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Edição crítica (orgs. Pedro Meira Monteiro e Lília Moritz Schwarcz). São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MALERBA, Jurandir. Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda. ArtCultura, Uberlândia, v.14, n.25, p.9-20, jul.dez.2012.

MANIA DE HISTÓRIA. O Jeitinho Brasileiro. Mania de História, [s.d.]. Disponível em: <https://maniadehistoria.wordpress.com/o-jeitinho-brasileiro/>

MONTEIRO, Pedro Meira. Raízes do Brasil: oitenta anos depois. Porto Alegre: Correio APPOA, 2017. Disponível em: https://appoa.org.br/correio/edicao/265/raizes_do_brasil_oitenta_anos_depois/438.

WEBER, Economia e Sociedade, vol.1. Brasília: Editora UnB, 2015.